



Empresários, STF e Pacheco fazem defesa da democracia | TENSÃO INSTITUCIONAL |

Fux disse que Supremo não vai tolerar ataques à democracia. Em resposta Bolsonaro afirmou que 'ninguém precisa temer o 7 de Setembro'

As vésperas do 7 de setembro, quando está programado o ato no Palácio em homenagem pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e por seus apoiadores, a defesa da democracia, da harmonia entre os Poderes e de reformas que sustentem a recuperação econômica por meio de manifestos, comunicados e declarações de empresários, de instituições bancárias e das cúpulas do Judiciário e do Congresso.

Após vir a público a iniciativa da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiesp) - suspensa pelo seu presidente, Paulista, que adiou a divulgação de um documento que elogia a harmonia entre os Poderes -, empresários mineiros divulgaram autêntico manifesto destacando que a "transição pelas urnas, pela constituinte física nas urnas, é sinônimo de anarquia" e "a democracia não pode ser ameaçada, antes, deve ser fortalecida e aperfeiçoada".

Outro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) realçada, em nota, o apoio ao manifesto "A Praga de Jair Bolsonaro", encampado pela Fiesp. A entidade, na abertura, pretendeu se deslembra das decisões da Fiesp e considerou que o manifesto, "aprovado por governistas próprios, foi amplamente divulgado pela mídia, rompendo sua finalidade".

Intitulado "Segundo Manifesto dos Ministros do Poder Judiciário", documento assinado por representantes de peso da economia mineira diz que "as mudanças estruturais que o Estado brasileiro necessita se que o povo brasileiro reclama exigem das instituições, todas, e daqueles que ocupam cargos e funções nas estruturas produtivas e burocráticas de serviço e de conhecimento tanto públicas quanto privadas uma

arripes tomada da posição". O texto, que não cita Bolsonaro, foi divulgado horas depois de a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) divulgar um outro manifesto com críticas ao Supremo e apoio a reformas defendidas pelo presidente. No documento, os industriais mineiros pedem que o STF revise sentenças e a possibilidade de desanexação de sites e portais de notícias acusados em inquéritos contra as fake news, alegando que trata-se de uma luta contra o "verramento à liberdade de expressão".

Na abertura, os membros do Império da Fiesp afirmaram que compõem "os membros do Conselho Fiesp, todos de longa data, formado por pessoas que acreditam em valores constitucionais, políticos e jurídicos que são a liberdade de expressão, não apenas a opinião, mas também a liberdade de expressão, não apenas a opinião, mas também a liberdade de expressão".

Mais tarde, em resposta, Bolsonaro afirmou que o País "está em paz" e que "ninguém precisa temer o dia 7 de Setembro". "Pretendo ocupar um cargo de um na avenida Paulista em São Paulo que nunca ter a milhares de pessoas. Pelo que tudo indica, será um recorde. O que essas pessoas estão fazendo? O que elas estão pedindo? O que elas estão chamando, a não ser aquilo que o ministro Fux disse hoje em sua sessão não pode haver democracia se não houver respeito à Constituição", disse o presidente em solidariedade no Palácio do Planalto.

Dois dias depois de pedirem uma reunião com Bolsonaro



BOLSONARO tem insulado manifestações da próxima terça-feira

defendendo a pacificação do País e o fim do clima de instabilidade política - sem que tenham recebido resposta - promotores se reuniram em um comitê.

Seus chefes das Executivos estaduais fizeram o mesmo pelo ao presidente do Congresso. "Há um sentimento geral que, a despeito de divergências que existem, não temos problemas para entender. Nosso intuito não está entrando. Nossa intenção é o preço do leilão, da luz elétrica. É o preço dos alimentos de forma geral, que tem sacrificado a população", afirmou Pacheco.

"Não há melhor ambiente do que a democracia. Portanto, esta manifestação dos governadores não é um ato de insubordinação, nem agressão, nem afronta. É uma preservação sempre em respeito importante da Nação, que é a preservação do Estado Democrático de Direito, o muito bem ressaltado pelo Congresso Nacional", afirmou Pacheco.

Lei de Segurança Nacional.

Bolsonaro sanciona fim da LSN, mas veta a punição a fake news

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou a Lei nº 14.107/2020, que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN), com vetos que atendem aos interesses de sua base de apoio. Entre os itens vetados estão dispositivos que criminalizam a comunicação enganosa em massa e o atentado ao direito de manifestação, afirma o presidente de punição suas figuras a militares.

A decisão foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial. Nos próximos dias, o Congresso deve analisar os vetos do presidente em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

Bolsonaro vetou integralmente o capítulo relativo aos crimes contra a liberdade, o direito que trata de crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral e contra o funcionamento dos serviços essenciais.

Também foi vetado o dispositivo que prevê ação penal por iniciativa de partido político em representação ao

Congresso" nos casos em que o Ministério Público não atuar no prazo para os crimes de interrupção do processo eleitoral, de violência política e de comunicação enganosa em massa.

O dispositivo que prevê aumento de pena se os crimes forem cometidos por funcionários públicos ou militares, ou ainda com "violência ou grave ameaça exercidas com emprego de arma de fogo" também foi vetado pelo presidente.

Bolsonaro e aliados são investigados no STF no momento que apura a divulgação em massa de fake news. Ao justificar o veto, Bolsonaro afirmou que o dispositivo contraria o interesse público "por não deixar claro qual conduta seria objeto da criminalização, se a conduta daquele que gera a notícia ou daquele que a compartilhava (mesmo em intenção de massificar), bem como enseja dúvida se o crime seria continuado ou permanente, no momento se houver um 'tribunal da verdade' para definir o que seria a ser considerado por

investida a ponto de esmagar um crime punível".

Além disso, segundo o governo, "a redação genérica tem o efeito de afastar o caráter do debate político, o que resultaria a capacidade de definir suas opiniões distintas, incluindo o debate de ideias, incluindo a contradição de opiniões".

Bolsonaro vetou ainda a parte que aumentava a multa, em perda de patente ou graduação, a pena para militares que cometerem crimes contra o Estado de Direito. "A despeito da sua intenção de legislar, a proposição contraria o interesse público, uma vez que viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais grave que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores", diz o texto de justificativa do veto enviado ao Congresso. Agência Estado. **leia mais em EDITORIAL, página 03**



LEI EXINTA

Criada em 1963 durante o ditadura militar, a LSN estabeleceu, por exemplo, que salutar ou difamar os presidentes da República acarretaria em prisão de até quatro anos. O texto caiu em desuso após 1988. No entanto, esse quadro se mudou nas últimas anos, com a presença crescente da lei com o objetivo de punir manifestações críticas ao governo atual.

Table with multiple rows of text, likely a list of legislative acts or news items. The text is small and dense, typical of a newspaper's legislative page.